

## **PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO PARA PESSOAS FÍSICAS: AS POSSIBILIDADES DE ABATIMENTO NO IMPOSTO DE RENDA<sup>1</sup>**

### **TAX PLANNING FOR NATURAL TAXPAYER: THE POSSIBILITIES OF REDUCTION IN INCOME TAX**

Luana Maria Vaz<sup>2</sup>

Melissa Folmann<sup>3</sup>

#### **RESUMO**

O planejamento tributário, também chamado de elisão fiscal, é uma alternativa lícita de economia fiscal que pode ser realizado pelo contribuinte natural. Dentre os tributos abarcados pela Constituição Federal, foi desenvolvida a hipótese de planejamento do imposto de renda da pessoa física e as possibilidades existentes de dedução. Este, que atinge uma parcela da população brasileira, não está imune da forma existente de limitação ao poder de tributar. Assim, procurou-se antes, caracterizar as formas de mitigar o ente tributante em relação ao contribuinte para entender que o adequado seria a dedução. Embora o assunto esteja suscetível a potencial alteração legislativa, ainda é um tema atual e de extrema importância para elucidar ao contribuinte que há formas elisivas lícitas de reduzir parte da contribuição. Aliás, a potencial alteração legislativa se mostra controversa, relacionando-se com o tema aqui tratado por não impedir que o contribuinte busque formas possíveis de reduzir o imposto de renda, especificado através de seus princípios, configuração legal e impacto econômico. É por meio deste impacto econômico que se observa a relevância do planejamento tributário. Por fim, procurou o presente artigo, demonstrar a simplicidade e a facilidade de se reduzir a contribuição, por se tratar, na maioria das vezes, de situações cotidianas.

**Palavras-chave: Planejamento Tributário; Elisão Fiscal; Pessoa Natural; Imposto de Renda.**

---

<sup>1</sup> Artigo Científico apresentado à disciplina de TCC2 da Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, vinculado ao Projeto de Pesquisa Constituição e Estado, do Grupo de Pesquisa Tributação e Desigualdade na Experiência Brasileira, sob a orientação da Professora Melissa Folmann. Com atribuição de nota máxima pela banca avaliadora.

<sup>2</sup> Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. vazmluana@gmail.com

<sup>3</sup> Advogada, Presidente da Comissão de Direito Previdenciário do IBDFAM, Adjunta da Diretora Científica do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), Conselheira da OAB/PR, Membro do IAP (Instituto dos Advogados do Paraná), Professora da ESMAFE/PR (Escola da Magistratura Federal do Paraná), da graduação e pós-graduação da PUCPR, Mestre em Direito pela PUCPR, Associada Benemérita do IBDP, autora de diversas obras e artigos, atuação como parecerista em diversos processos de repercussão junto ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça. melissa@melissafolmann.com.br

## ABSTRACT

Tax planning, also called tax avoidance, is a lawful alternative to tax savings that can be performed by the natural taxpayer. Among the taxes covered by the Federal Constitution, the hypothesis of individual income tax planning and the existing possibilities of deduction were developed. This, which affects a portion of the Brazilian population, is not immune from the existing form of limitation on the power to tax. Thus, was tried to characterize the ways of mitigating the taxing entity in relation to the taxpayer in order to understand that the deduction would be appropriate. Although the subject is susceptible to potential legislative change, it is still a current and extremely important issue to elucidate to the taxpayer that there are licit ways to reduce part of the contribution. In fact, the potential legislative change proves to be controversial relating to the theme discussed here, because it does not prevent the taxpayer from seeking possible ways to reduce the income tax, specified through its principles, legal configuration and economic impact. It is through this economic impact that the relevance of tax planning is observed. Finally, the article sought to demonstrate the simplicity and facility of reducing the contribution, since it is, in most cases, everyday situations.

**Keywords: Tax planning; tax avoidance; natural taxpayer; income tax.**

## I. INTRODUÇÃO

A elisão fiscal no imposto de renda da pessoa física é uma forma de planejamento tributário lícita que utiliza alternativas dentro dos limites legais, possibilitando gerar economia tributária ao contribuinte. Embora haja divergências entre a Lei Tributária, a jurisprudência e o fisco, esse assunto é um tema importante não só para operadores do direito, mas também para contadores, administradores e profissionais que visam proteger o patrimônio de seus clientes no tocante à economia tributária. Geralmente esse planejamento é realizado em prol das pessoas jurídicas, no âmbito empresarial, visando uma redução de custos para a empresa. Em contraste, o planejamento tributário para pessoas físicas é pouco debatido e pouco explorado.

O presente artigo tem relevância na atualidade, pois a alta alíquota do imposto de renda atinge consideravelmente o patrimônio das pessoas físicas. Esse artigo é

direcionado à pessoa natural contribuinte, essa que, no mais das vezes, desconhece as formas elisivas – lícitas - de abatimento do imposto. Assim, busca-se elucidar que existem formas do contribuinte se planejar com as possibilidades que a Lei Tributária oferece anteriormente à ocorrência do fato gerador do tributo.

Existem várias possibilidades de abatimento no imposto de renda da pessoa física, das mais visíveis (como notas fiscais emitidas em consultas relativas à saúde, por exemplo), às menos visíveis (como os dependentes e suas despesas). Previdência privada e doação para entidades e fundos ligados ao governo federal como, cultura, esportes e outros, também podem gerar abatimento. O objetivo dessa pesquisa é demonstrar que as pessoas naturais podem realizar a elisão fiscal, que esse assunto não é exclusivo do âmbito empresarial, e principalmente, discorrer sobre as possibilidades de dedução.

## II. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA

O imposto de renda, de competência da União, é um imposto direto que incide sobre o rendimento individual do contribuinte, com previsão legal no artigo 153, III, da Constituição Federal e no artigo 43 do Código Tributário Nacional.

No artigo 153, III, da Constituição Federal<sup>4</sup> indica que a União detém competência para instituir imposto sobre “renda e proventos de qualquer natureza”. A “renda” contida nesse artigo deve ser entendida como um fluxo de dinheiro recebido pelo contribuinte. Não se trata de tributar o patrimônio que o sujeito já detém ou seu consumo, mas sim eventual acréscimo de patrimônio, decorrente de rendimento auferido. O §2º do mesmo artigo, impõe que o imposto de renda será informado pelos critérios da generalidade, universalidade e da progressividade<sup>5</sup>.

Sendo de caráter geral, todo contribuinte que estiver qualificado nos requisitos estará obrigado a pagá-lo, independentemente da profissão e do *nomen juris* da renda a ser tributada. Nas palavras de DIFINI, generalidade significa que o tributo deve abranger

---

<sup>4</sup> Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre: III - renda e proventos de qualquer natureza;

<sup>5</sup> § 2º - O imposto previsto no inciso III:

I - será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei;

todos os contribuintes que praticam o ato ou estejam em igual relação com o fato descrito na hipótese de incidência<sup>6</sup>.

O caráter universal, por sua vez, diz respeito à extensão da base de cálculo, que deve abranger qualquer renda ou provento auferido pelo contribuinte<sup>7</sup>. Diferente do critério da generalidade que abrange todos os contribuintes, o critério da universalidade abrange a forma, ou seja, no caso do imposto sobre a renda, deve-se incidir sobre toda espécie de rendimento.

Por fim, o caráter progressivo regula a medição da capacidade contributiva<sup>8</sup>. Para PAULSEN, a progressividade é o critério que reivindica a variação da alíquota do imposto, na medida em que há aumento da base de cálculo: quanto maior a base, maior será a alíquota.<sup>9</sup>

O artigo 43 do Código Tributário Nacional dispõe sobre rendas e proventos e define a renda como o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos. O provento advém de qualquer natureza e é entendido como um acréscimo patrimonial não compreendido na definição de renda<sup>10</sup>. Um exemplo de provento é ganhar em um bilhete de loteria, que será tributado de forma definitiva, sem a possibilidade de restituição.

O mesmo artigo do referido código estabelece que o imposto de renda incidirá sobre disponibilidade econômica ou jurídica. Observa-se que o legislador se referiu às duas hipóteses de incidência como hipóteses distintas.

A doutrina majoritária entende que a disponibilidade econômica é um regime de caixa (conceito contábil), ou seja, aquele que há possibilidade de dispor. Como exemplos:

---

<sup>6</sup> DIFINI, Luiz Felipe Silveira. Manual de direito tributário. São Paulo: Saraiva, 2003. p.77

<sup>7</sup> PAULSEN, Leandro; Melo, José Eduardo Soares de. Impostos Federais, Estaduais e Municipais. 6ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 57.

<sup>8</sup> Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos: § 1º Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

<sup>9</sup> *Ibid.*, p.58.

<sup>10</sup> Art. 43. O imposto, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica:

I - de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos;

II - de proventos de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos no inciso anterior.

dinheiro material, configurado através de sua posse limpa e desembaraçada, que o contribuinte consegue utilizar em mãos<sup>11</sup>, destinado à pessoa física.

A disponibilidade jurídica, por sua vez, é entendida pela doutrina dominante como regime de competência (conceito contábil); é aquela que se destina à uma pessoa jurídica, uma vez que não se faz necessário “pôr a mão no dinheiro” para ser tributado, resultando-se de negócio jurídico.

O imposto de renda da pessoa física, incide sobre renda e proventos dos contribuintes que residem no Brasil, ou contribuintes que residem no exterior, mas que recebam rendimentos de fontes brasileiras. Neste segundo caso, enquadram-se como contribuintes do IR, as pessoas que apresentaram declaração de saída definitiva do Brasil à Receita federal, porém, mantêm contas bancárias no Brasil movimentando rendimentos de fontes brasileiras. Esta é tributada direta e exclusivamente na fonte<sup>12</sup>.

O contribuinte do imposto de renda pessoa física poderá optar pela declaração simplificada, ou pela declaração completa. Na declaração simplificada, não é possível realizar deduções de qualquer valor despendido a título de saúde, educação, e demais possibilidades que serão expostas a seguir - como no caso da declaração completa - pois no modelo simplificado, são substituídas todas as deduções por um desconto de 20% dos rendimentos tributáveis, até um limite de valores que variam de ano para ano. No ano de 2020, por exemplo, o limite é de R\$16.754,34<sup>13</sup>, ou seja, em 2020, quando separados os rendimentos tributáveis dos isentos ou não tributáveis, o desconto de 20% não pode ultrapassar o valor limite de R\$16.754,34 dos rendimentos tributáveis, porém, não é possível comprovar qualquer dedução, pois esta não será válida. A modalidade simplificada pode ser utilizada por qualquer contribuinte do imposto de renda, pois não se limita à um valor máximo de renda ou de proventos de um contribuinte – somente é limitada a um valor máximo de desconto -, e é mais utilizado por aqueles que não tem tantas deduções a serem feitas.

---

<sup>11</sup> MACHADO, Hugo de Brito. Comentários ao Código Tributário Nacional. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2007. p. 448

<sup>12</sup> Disponível em < <https://www.remessaonline.com.br/blog/como-declarar-o-imposto-de-renda-morando-no-exterior/> > Acesso em 20/09/2020.

<sup>13</sup> Disponível em < <https://g1.globo.com/economia/imposto-de-renda/2020/noticia/2020/03/08/imposto-de-renda-2020-veja-os-gastos-que-podem-ser-descontados-e-os-limites-de-deducao.ghtml> > Acesso em 05/07/2020.

Adentrando na parte prática do Imposto de Renda, deve declarar o IRPF para a Receita Federal, o contribuinte que preencher os requisitos abaixo, torna-se sujeito passivo do tributo:

Critérios	Condições
Renda	<ul style="list-style-type: none"><li>- recebeu rendimentos tributáveis, sujeitos ao ajuste na declaração, cuja soma anual foi superior a <b>R\$ 28.559,70</b>;</li><li>- recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, cuja soma foi superior a <b>R\$ 40.000,00</b>.</li></ul>
Ganho de capital e operações em bolsa de valores	<ul style="list-style-type: none"><li>- obteve, em qualquer mês, ganho de capital na alienação de bens ou direitos, sujeito à incidência do imposto, ou realizou operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas;</li><li>- optou pela isenção do imposto sobre a renda incidente sobre o ganho de capital auferido na venda de imóveis residenciais, cujo produto da venda seja destinado à aplicação na aquisição de imóveis residenciais localizados no País, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da celebração do contrato de venda, nos termos do <a href="#">art. 39 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005</a>.</li></ul>

Atividade rural	- relativamente à atividade rural: a) obteve receita bruta anual em valor superior a R\$ 142.798,50; b) pretenda compensar, no ano-calendário de 2017 ou posteriores, prejuízos de anos-calendário anteriores ou do próprio ano-calendário de 2017.
Bens e direitos	- teve a posse ou a propriedade, em 31 de dezembro de 2017, de bens ou direitos, inclusive terra nua, de valor total superior a R\$ 300.000,00.
Condição de residente no Brasil	- passou à condição de residente no Brasil em qualquer mês e nessa condição se encontrava em 31 de dezembro de 2017.

(tabela retirada do site do Ministério da Fazenda).<sup>14</sup>

Assim, conclui-se, nas palavras de BRITO que, o rendimento mensal obrigatório, também conhecido como carnê-leão, é devido sobre o total de rendimentos recebidos no mês por pessoa física<sup>15</sup>, conforme a tabela trazida acima.

Esses rendimentos e proventos a serem declarados podem ser abarcados pela dedução, no modelo de declaração completa, foco do presente artigo, oferecido respaldo de suas formas legais na lei 9.250, de 26 de dezembro de 1995 a partir do artigo 8º. Entretanto, para entrar no mérito do artigo, primeiramente, faz-se necessário diferenciar as limitações ao poder de tributar, conferido no próximo capítulo.

<sup>14</sup> Disponível em <[<sup>15</sup> BRITO, Edson Vianna; YSHIKO, Junko; ESPADA, Maria Luisa; NEVES, Silvério das. Imposto de Renda Das Pessoas Físicas. 6ª Ed. São Paulo: Frase, 1996. p. 17.](http://www.fazenda.gov.br/noticias/2018/marco/saiba-quem-deve-apresentar-a-declaracao-do-imposto-de-renda#targetText=%2D%20recebeu%20rendimentos%20tribut%C3%A1veis%20%2C%20sujeitos%20ao,a%20R%24%2040.000%2C00.> Acesso em 17/10/2019.</a></p></div><div data-bbox=)

### III. DIFERENÇAS DE IMUNIDADE, ISENÇÃO E DEDUÇÃO

Preliminarmente, o estudo das limitações ao poder de tributar deve ser realizado no tocante ao poder tributário, que pode ser definido como a faculdade ou a possibilidade jurídica de instituir e arrecadar tributos, porém, que deve ser regulado e limitado pelo Direito<sup>16</sup>.

Dessa forma, a Constituição Federal estabelece limitações ao poder de tributar, como no caso da imunidade tributária, encontrada no artigo 150, VI, onde se instituiu que é vedado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, tributar determinadas pessoas, atividades, objetos ou rendimento individual, como no caso do Imposto de Renda com o acréscimo patrimonial ou acréscimo de renda e proventos. A referida imunidade acaba sendo implícita pelo não uso do termo “imunidade” em si pelo constituinte, mas, somente, pelo emprego da palavra “vedação”. Todavia, entende-se que imune são as pessoas, objetos, ou acréscimos que não podem ser tributados, o que se convencionou denominar de imunidade<sup>17</sup>.

Os impostos são os tributos destinados a cobrir os gastos gerais da coletividade<sup>18</sup>, que deve ser suportado igualmente por todos. Entretanto, observado pelo critério da progressividade e do princípio da capacidade contributiva, a imunidade faz com que certas pessoas ou situações não estejam sujeitas ao *munus* público, desonerando estas de uma contribuição que seria de usufruto próprio, mas, suportado apenas por uma parcela da coletividade. Assim, a imunidade garante que seja realizado o fato gerador sem a incidência do respectivo tributo.

Para SCHOUERI, não se pode restringir a imunidade somente a um dispositivo constitucional, pois para ele é possível que se combinem diversos dispositivos do próprio texto constitucional ou de outros enunciados normativos que interagem em direção idêntica, de modo que, mesmo inexistente um enunciado expresso de vedação ao poder

---

<sup>16</sup> BORGES, Souto Maior. Teoria Geral da Isenção Tributária. 3ª Ed. São Paulo: Malheiros editores, 2011. pp. 25-26

<sup>17</sup> PAULSEN, Leandro. Curso de Direito Tributário. *Op.Cit.*, p.112.

<sup>18</sup> SCHOUERI, Luís Eduardo. Direito Tributário. 9ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2019. p.434



de tributar, outros dispositivos constitucionais já seriam o suficiente para impor a limitação<sup>19</sup>.

Diferentemente da imunidade, a isenção, também elencada em regra constitucional<sup>20</sup> para posterior positivação em lei específica,<sup>21</sup> (como prevê o texto constitucional), é uma forma de exclusão do crédito tributário principal que ocorre posteriormente ao fato gerador, como um benefício fiscal à quem foi instituído determinado tributo, surgindo posteriormente a isenção como uma forma de eximir o contribuinte ou determinada ação da obrigação de pagar o tributo. Sendo que o afastamento da carga tributária através da isenção pode ocorrer em razão da capacidade contributiva, ou por critério de cunho extrafiscal<sup>22</sup>.

Para PAULSEN, o efeito de exclusão do crédito tributário, na sistemática do Código Tributário Nacional, é o de permitir o surgimento da obrigação, seguido da dispensa de sujeito passivo a apurar e a cumprir<sup>23</sup>. Assim, emana a isenção do ente tributante que, tendo instituído um tributo no exercício da sua competência, decide abrir mão de exigí-lo de determinada pessoa ou em determinada situação<sup>24</sup>.

A dedução, foco da presente pesquisa, é a concessão do direito de reduzir a carga tributária da base de incidência, em contrapartida a atividades realizadas, de cunho relevante para a política econômica<sup>25</sup>.

Tanto a isenção quanto a dedução trabalham como incentivo fiscal. A diferença é que a isenção está ligada à extinção da dívida tributária, e a dedução, à redução. Para SCHOUERI, sobre os incentivos fiscais, não é difícil enxergar o papel dos tributos

---

<sup>19</sup> *Ibid.*, p.436

<sup>20</sup> **Art. 150.** Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

<sup>21</sup> **Art. 175.** Excluem o crédito tributário:

**I** - a isenção;

**II** - a anistia.

**Parágrafo único.** A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente.

<sup>22</sup> PAULSEN, Leandro. Curso de Direito Tributário. *Op.Cit.*, p.262.

<sup>23</sup> *Idem.*

<sup>24</sup> PAULSEN, Leandro. Curso de Direito Tributário. *Op.Cit.*, p.263.

<sup>25</sup> <https://www.recantodasletras.com.br/artigos/1322044>

quando considerado como incentivo, pois podem tornar menos onerosa a decisão de mudança por parte do empreendedor. Ele alerta, contudo, que o incentivo não deve ser exagerado, sob o risco de, em vez de meramente corrigir falhas do Mercado, acaba distorcendo esse papel, causando privilégios exacerbados e incrementando a desigualdade<sup>26</sup>.

Os incentivos fiscais, para o contribuinte natural, ocorrem justamente no âmbito Federal, através da dedução no imposto de renda, que estimula o contribuinte a realizar doações que fomentam a cultura, o esporte, a assistência social e a saúde, e em contrapartida, reduz uma parcela do imposto de renda do mesmo.

Assim, percebe-se, portanto, que há uma gritante diferença entre a dedução, isenção e a imunidade, em que cada uma faz o seu devido papel de limitar o ente tributante, não podendo ser tomadas como sinônimo umas das outras. A dedução no Imposto de Renda da pessoa física é uma forma de planejamento tributário, no entanto, por muitas vezes, o contribuinte natural desconhece as formas elisivas que serão expostas no capítulo a seguir.

#### **IV. PLANEJAMENTO**

O planejamento tributário é um tema de suma importância não somente para operadores do direito, mas também para todos os profissionais que visam economia tributária aos seus clientes. É certo que planejamento tributário é realizado, em potencial de alcance e de conhecimento, - e conseqüentemente mais falado - no âmbito empresarial, visando a economia da pessoa jurídica. Entretanto, a ideia central desse artigo é a pesquisa da elisão fiscal sobre outro viés: a elisão fiscal para pessoa física.

Primeiramente, a elisão fiscal não pode ser confundida com a evasão fiscal. A elisão é uma atividade lícita, admitida no ordenamento brasileiro como forma de gestão patrimonial voltada à redução da carga tributária.

---

<sup>26</sup> *Ibid.*, p.42.

Na evasão, o contribuinte tenta fraudar a lei tributária se valendo da distorção da realidade no momento em que o fato gerador ocorre, ou após a sua ocorrência. Já na elisão fiscal, o uso do planejamento tributário ocorre anteriormente ao fato gerador do tributo.<sup>27</sup> O contribuinte deve ser cuidadoso para que seu comportamento não caracterize simulação, o que não é admitido pelo parágrafo único do artigo 116 do CTN, incluída pela lei complementar 104/01<sup>28</sup>.

De qualquer modo, há divergências que ocorrem entre o fisco, que interpreta toda forma de planejamento tributário utilizando as normas de direito privado e etc., como sendo evasão fiscal (considerando abuso de forma e o abuso de direito para fundamentar a evasão)<sup>29</sup>, e a jurisprudência, que tem entendido que a utilização de normas previstas com o intuito de reduzir ou até mesmo de não pagar o tributo configura elisão fiscal.

A elisão fiscal em IRPF é pautada sobre o mapeamento das possíveis deduções no Imposto, a serem realizadas no momento da elaboração da declaração. Assim, para efeito de ser determinada a base de cálculo que será sujeita à incidência, é admitido pelo direito tributário o abatimento de todas as despesas correspondentes a valores pagos em alimentos ou pensões, dependentes, contribuições para previdência social privada, doações aos fundos de assistência social e todos os valores despendidos em saúde.

Conforme anotado acima, podem ser deduzidas as importâncias pagas em dinheiro a título de pensão alimentícia, sob a égide do direito de família, quando houver sentença transitada em julgado, em decorrência do cumprimento de acordo ou decisão judicial, incluindo-se a prestação de alimentos provisionais<sup>30</sup>. Os demais valores estipulados em sentença, tais como aluguel e transporte, não são dedutíveis<sup>31, 32</sup>.

---

<sup>27</sup> CALMON, Sacha. Manual de direito tributário. São Paulo: Forense, 2012. p. 113.

<sup>28</sup> **Art. 116, Parágrafo único. A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária."**

<sup>29</sup> CHAVES, Francisco Coutinho. Planejamento tributário na prática. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 142.

<sup>30</sup> BRITO, Edson Vianna; YSHIKO, Junko; ESPADA, Maria Luisa; NEVES, Silvério das. Imposto de Renda Das Pessoas Físicas. 6ª Ed. São Paulo: Frase, 1996. p.39.

<sup>31</sup> <http://www.portaltributario.com.br/guia/pensaoalimenticia.html>

<sup>32</sup> **Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995. f)** às importâncias pagas a título de pensão alimentícia em face das normas do Direito de Família, quando em cumprimento de decisão judicial, inclusive a prestação

No caso dos dependentes estes podem ser o cônjuge, o companheiro ou companheira com quem o contribuinte tenha vivido por mais de 5 anos ou tenha filhos; filho até 21 anos, ou de qualquer idade caso haja incapacidade física ou mentalmente para trabalho, ou até os 24 anos quando estudante até o ensino superior; os pais, avós, bisavós, desde que não tenham rendimentos tributáveis superior ao limite que se encaixe na isenção; irmãos, netos, bisnetos sem arrimo dos pais até os 21 anos ou incapacitado para trabalho, desde que o contribuinte possua a guarda judicial, em ambos os casos e o absolutamente incapaz cujo contribuinte seja o tutor ou curador<sup>33</sup>.

Indo adiante nas hipóteses de dedução, a lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995 no artigo 8º, b, dispõe que pagamentos de despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes, efetuados a estabelecimentos de ensino, relativamente à educação infantil, compreendendo as creches e as pré-escolas; ao ensino fundamental; ao ensino médio; à educação superior, compreendendo os cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado, doutorado e especialização); e à educação profissional, compreendendo o ensino técnico e o tecnológico, também podem gerar dedução.

A quantia a ser deduzida mensalmente por dependente em 2020 tem limite de R\$ 2.275,08 por dependente (mesmo valor do ano passado<sup>34</sup>), mas caso o valor máximo ultrapasse R\$ 28.559,70 ao ano, os dependentes precisam fazer a declaração em separado, mesmo se forem menores de idade<sup>35</sup>.

No tocante a despesas relativas à educação, essa pode ser despendida pelo uso próprio do contribuinte como para dependentes até R\$ 3.561,50 por pessoa no ano. O

---

de alimentos provisionais, de acordo homologado judicialmente, ou de escritura pública a que se refere o art. 1.124-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil; (Redação dada pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeitos)

<sup>33</sup> Disponível em < <http://www.portaltributario.com.br/guia/dependentes-ir.htm>> Acesso em 10/10/2019.

<sup>34</sup> Disponível em < <https://g1.globo.com/economia/imposto-de-renda/2020/noticia/2020/03/08/imposto-de-renda-2020-veja-os-gastos-que-podem-ser-descontados-e-os-limites-de-deducao.ghtml>> Acesso em 10/10/2019.

<sup>35</sup> Disponível em < <https://blog.sage.com.br/despesas-que-podem-ser-deduzidas-irpf-2019/>> Acesso em 17/10/2019.

VAZ, Luana Maria; FOLMANN, Melissa. Planejamento tributário para pessoas físicas: as possibilidades de abatimento no imposto de renda. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XIII – Nº 2, jan/jun 2020. ISSN 2175-7119.

valor deve ser informado para não haver contraposição quando cruzado com os valores das instituições de Ensino à Receita Federal<sup>36</sup>.

Insta salientar que o responsável pelo pagamento de pensão poderá deduzir somente o valor pago a este título, não sendo admitida a dedução do valor correspondente a dependente.<sup>37</sup>

Nas contribuições previdenciárias também é admitido o abatimento dos valores contribuídos para a previdência social da União, Estados, Distrito Federal e Municípios<sup>38</sup>. Se o contribuinte pessoa física possui empregada doméstica em casa com carteira assinada, é possível também a dedução do valor das contribuições referentes ao INSS.

Também, é admitido o abatimento de contribuições feitas para as entidades de previdência privada<sup>39</sup> do tipo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre), que pode reduzir até 12% da renda tributável se seguidas as regras de investimentos impostas pelo Conselho Monetário Nacional. Em contrapartida, nos planos VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre) não é admitido o abatimento no imposto de renda da pessoa física.

Receitas médicas são as principais formas de dedução<sup>40</sup>, tendo em vista que não tem limite de valores para realizar o abatimento, ou seja, se o contribuinte dispõe todo o valor do seu rendimento em despesa médica, pode ocorrer o abatimento do valor total do imposto de renda, quando devidamente comprovado à Receita Federal.

É claro que o alto valor despendido em saúde chama atenção da Receita, e desta forma, exige muito cuidado pelo contribuinte no momento da comprovação. Inclui os serviços de plano de saúde, dentistas, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, terapeutas

---

<sup>36</sup> Disponível em <<https://blog.sage.com.br/despesas-que-podem-ser-deduzidas-irpf-2019/>> Acesso em 17/10/2020.

<sup>37</sup> BRITO, Edson Vianna; YSHIKO, Junko; ESPADA, Maria Luisa; NEVES, Silvério das. Imposto de Renda Das Pessoas Físicas. 6ª Ed. São Paulo: Frase, 1996. p. 40.

<sup>38</sup> **Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995. d)** às contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

<sup>39</sup> **Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995. e)** às contribuições para as entidades de previdência privada domiciliadas no País, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social;

<sup>40</sup> **Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995. a)** aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, bem como as despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias;

VAZ, Luana Maria; FOLMANN, Melissa. Planejamento tributário para pessoas físicas: as possibilidades de abatimento no imposto de renda. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XIII – Nº 2, jan/jun 2020. ISSN 2175-7119.

ocupacionais, psicólogos, hospitais e exames laboratoriais, bem como, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos, próteses dentárias, ortopédicas e cadeira de rodas. Ressalta-se que o marca-passo também pode ser descontado integralmente do Imposto de Renda. As cirurgias plásticas (reparadoras ou não) podem ser deduzidas desde que a finalidade seja para prevenir, manter ou recuperar a saúde física e mental do paciente<sup>41</sup>.

Realizando doações a fundos ligados ao governo federal, de entidades sociais, que fomentam a educação ou o esporte, também pode ser deduzido até 3% do imposto a ser pago ou restituído. É uma forma de incentivo fiscal, segundo LABRES, conselheira do Conselho Federal de Contabilidade: *“Geralmente, os contribuintes ou doam menos do que podem ou deixam de obter a vantagem da dedução por puro desconhecimento das regras, é um incentivo em cima de uma ação humanitária, porque o contribuinte tem o benefício do abatimento no tributo e acaba beneficiando a quem precisa”*<sup>42</sup>.

Assim, resta claro que são possíveis várias deduções, desde que devidamente comprovadas à Receita Federal, no momento da declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física.

É de suma importância frisar que as deduções acima destacadas (as quais, conforme dito, servem como balizas para o planejamento tributário do IRPF) consideram exclusivamente as normas vigentes no ordenamento jurídico brasileiro.

Todavia, houveram Propostas de Emendas Constitucionais, que deram forças à uma possível reforma tributária,<sup>43</sup> que pretendia não apenas (re)ajustar a faixa de isenção, como também impor o fim das deduções no imposto de renda. Neste caso, o Ministro da economia Paulo Guedes, tratou como absurda a existência das deduções como em gastos

---

<sup>41</sup> Disponível em < <https://blog.sage.com.br/despesas-que-podem-ser-deduzidas-irpf-2019/> > Acesso em 20/10/2019.

<sup>42</sup> Disponível em < [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2018/02/18/internas\\_economia,660546/doacoes-garantem-abatimento-maior-no-imposto-de-renda.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2018/02/18/internas_economia,660546/doacoes-garantem-abatimento-maior-no-imposto-de-renda.shtml) > Acesso em 20/10/2019.

<sup>43</sup> PEC nº 45/2019 e PEC nº110/2019.

médicos e educação. Segundo o Ministro, o objetivo da mudança é simplificar a tributação, reduzindo a alíquota do Imposto de Renda<sup>44</sup>

Atualmente essa discussão sobre a reforma tributária que atingiria diretamente o IRPF, foi adiada, tendo em vista a situação de calamidade pública em que o Brasil se encontra em razão do vírus Covid-19. Lidar com um novo sistema tributário na atual situação pandêmica no Brasil, não se mostra um cenário ideal, principalmente para a economia brasileira.

## V. CONCLUSÃO

Com tudo o que foi exposto neste artigo, percebe-se que há variadas formas elisivas da pessoa física realizar o planejamento tributário no momento de declarar o imposto de renda, e que é importante divulgar essas formas entre os contribuintes naturais, tendo em vista a alta alíquota do imposto aqui tratado, e a potencial economia que o conhecimento do tema pode gerar a eles.

Com a definição do imposto de renda no capítulo I, resta claro que é um imposto agressivo ao rendimento do contribuinte e que atinge uma parcela considerável da população Brasileira – ainda que, em observância ao princípio da capacidade contributiva, o legislador buscou preservar a população que tem a renda mais baixa em prol da justiça social, mas acabou por onerar estes com os impostos indiretos.

Além dos princípios constitucionais tributários que o Imposto de Renda deve respeitar (que são: legalidade, anterioridade, irretroatividade, isonomia, impossibilidade de confisco e capacidade contributiva), também é exigido pelo artigo 153 §2º, inciso I, da Constituição Federal, os critérios da universalidade, generalidade e progressividade, que exige tributar de modo geral e não de modo seletivo à determinada renda ou determinado provento.

De um modo geral, existem no ordenamento jurídico as limitações ao poder de tributar, que são a imunidade, a isenção e a dedução, que atuam separadamente e de

---

<sup>44</sup> Disponível em < <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/08/09/paulo-guedes-quer-fim-das-deducoes-no-ir-e-reducao-de-aliquotas.ghtml> > Acesso em 20/10/2019.

VAZ, Luana Maria; FOLMANN, Melissa. Planejamento tributário para pessoas físicas: as possibilidades de abatimento no imposto de renda. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XIII – Nº 2, jan/jun 2020. ISSN 2175-7119.

formas diferentes para limitar determinado ente tributante, como observado no capítulo II do presente artigo.

Para chegar até o planejamento tributário do imposto de renda, foi necessária a definição da dedução e o porquê ela atua diferentemente da imunidade e da isenção. Ocorre que a dedução tem o intuito de reduzir, abater valores gastos com determinadas despesas relevantes ao contribuinte, como as despesas com saúde e educação, bem como, valores já destinados ao governo federal, como por exemplo as doações.

O planejamento tributário da pessoa física com as possibilidades de abatimento de valores despendidos pelo contribuinte ao decorrer do ano-calendário é um tema de suma importância e tem o intuito de elucidar que esse assunto não é exclusivo do meio empresarial e que pode ser realizado pelas pessoas físicas como forma de elisão fiscal, o que é lícito e admitido no ordenamento brasileiro.

Conclui-se, por fim, que o planejamento tributário do imposto de renda da pessoa física, na forma de dedução, não é uma ciência exata, pois corre riscos com a atual situação em que o Brasil se encontra, tendo em vista a reforma tributária. Ainda assim, com o contexto atual, é válido e deve ser explorado.

## VI. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁVILA, Humberto. **Sistema Constitucional Tributário**. 5ª Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

ÁVILA, Humberto. **Teoria da Segurança Jurídica**. 5ª Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2019.

BORGES, Humberto Bonavides. **Planejamento Tributário – IPI, ICMS, ISS e IR**. 13ª Ed. São Paulo: Atlas, 2014.



VAZ, Luana Maria; FOLMANN, Melissa. Planejamento tributário para pessoas físicas: as possibilidades de abatimento no imposto de renda. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XIII – Nº 2, jan/jun 2020. ISSN 2175-7119.

BORGES, Souto Maior. **Teoria Geral da Isenção Tributária**. 3ª Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

BRITO, Edson Vianna; YSHIKO, Junko; ESPADA, Maria Luisa; NEVES, Silvério das. **Imposto de Renda Das Pessoas Físicas**. 6ª Ed. São Paulo: Frase, 1996.

CALMON, Sacha. **Manual de direito tributário**, São Paulo: Forense, 2012.

CHAVES, Francisco Coutinho. **Planejamento Tributário Na Prática**. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

CREPALDI, Silvio. **Planejamento Tributário Teoria E Prática**. São Paulo: Saraiva, 2018.

DIFINI, Luiz Felipe Silveira. **Manual de direito tributário**. São Paulo: Saraiva, 2003.

FURLAN, Anderson. **Planejamento Fiscal No Direito Brasileiro: Limites e possibilidades**. São Paulo: Forense, 2011.

HENSEL, Albert. **Diritto tributário**. Milano: Giuffrè, 1956.

LEÃO, Martha Toríbio. **O direito fundamental de economizar tributos: entre legalidade, liberdade e solidariedade**. São Paulo: Malheiros editores, 2018.

MACHADO, Hugo de Brito. **Comentários ao Código Tributário Nacional**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. **Manual de Direito Tributário**. 9ª Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

VAZ, Luana Maria; FOLMANN, Melissa. Planejamento tributário para pessoas físicas: as possibilidades de abatimento no imposto de renda. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XIII – Nº 2, jan/jun 2020. ISSN 2175-7119.

PAULSEN, Leandro. **Curso de Direito Tributário**. 9ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

PAULSEN, Leandro; Melo, José Eduardo Soares de. **Impostos Federais, Estaduais e Municipais**. 6ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SCHOUERI, Luís Eduardo. **Direito Tributário**. 9ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

SCHOUERI, Luís Eduardo. **Planejamento tributário e o “propósito negocial”**. São Paulo: Quartier Latin, 2010.